



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICACÃO
RECORTE DE JORNAL

JORNAL DO DIA - 27/10/2013

Ministério Público pedirá intervenção judicial no Huse

A promotora de Justiça dos Direitos à Saúde, Euza Missano, anunciou na manhã de ontem que o Ministério Público de Sergipe estará ingressando com pedido de intervenção judicial no Hospital de Urgência de Sergipe Governador João Alves Filho (Huse).

De posse do relatório apresentado pelo Conselho Regional de Medicina (Cremese) que aponta problemas na unidade de saúde, a promotora Euza Missano informou que pretende entrar com uma Ação Civil Pública pedindo ao judiciário a intervenção judicial, indicando um profissional na área de administração hospitalar que assumirá a função de fiscalizar e elaborar relatórios durante um prazo de quatro meses, podendo esse período ser prorrogado conforme a necessidade apresentada.

A proposta do Ministério Público é que o interventor entregue num prazo de um mês um relatório circunstanciado ao judiciário e num período de 60 dias, elabore um novo balanço com informações que vão orientar a gestão do hospital.

De acordo com Euza Missano, as informações serão entregues regularmente à justiça para que acompanhe o caso e adote as providências necessárias. A medida foi tomada durante reunião com integrantes do Cremese para tratar de assuntos referentes ao hospital e será agora apreciada pelo Tribunal de Justiça de Sergipe. "Esta é uma medida necessária que vem contribuir na busca de soluções para a saúde pública de Sergipe, em especial, no Huse, que vem sendo alvo de várias denúncias. Com esta decisão, o Ministério Público também busca aproximar o juiz em relação à unidade de saúde, fazendo com que o judiciário tenha conhecimento das medidas e negociações que foram adotadas pelos gestores e dirigentes do hospital, da fundação e do estado pelo cumprimento efetivo das ações que visam melhorar a operacionalização do hospital", esclareceu a promotora Euza Missano.

A promotora avalia a medida como uma forma de organizar ações que visam um diálogo constante entre a justiça e setores de saúde, ao mencionar que o interventor terá papel estratégico na condução da gestão do hospital.

A medida anunciada pelo Ministério Público se deu após o Cremese declarar que deverá fazer uma intervenção ética no hospital. Uma inspeção realizada pelo conselho na unidade detectou problemas considerados graves na estrutura do Huse e nos procedimentos dirigidos a pacientes.

A fiscalização feita pelo conselho durou seis meses e se deu a partir de um pedido de intervenção formulado oficialmente por dirigentes do hospital no ano passado, quando o Ministério Público sugeriu uma intervenção administrativa, com transferência de gestão para o estado. Depois disso, o Cremese anunciou a possibilidade de intervenção ética, que agora deve se confirmar diante do relatório elaborado pelo conselho com denúncias sobre falta de estrutura e falhas de operacionalização no hospital.

A unidade de saúde também é alvo de 14 ações nas quais foi acionada a Fundação Hospitalar de Saúde, responsável pela gestão do Huse. No relatório de fiscalização do Cremese são apontados riscos diretamente relacionados aos pacientes e trabalhadores do Huse. Caso o prazo não seja cumprido haverá uma interdição ética na ala azul, com proibição que novos atendimentos sejam atendidos pelos médicos.

No relatório, o conselho faz alerta preocupante quanto aos riscos das áreas azul e verde do Huse, considerados locais com baixo risco de morte, mas que, entretanto, apresentam maior quantidade de óbitos, chegando a ter 78,8% dos óbitos da área azul ocorridos sem diagnóstico num período de 24 horas.

Problemas estruturais -

Para evitar a intervenção, o governo terá que corrigir em um período de quatro meses as deficiências constatadas pelo Cremese. Se a intervenção ética acontecer, os médicos ficarão proibidos de fazer o atendimento rotineiro a novos pacientes da ala azul.

O conselho teme os grandes riscos de infecção hospitalar que podem levar à morte os pacientes atendidos pelo hospital. Na lista de problemas estão situações como a superlotação em vários setores; exposição de pacientes pelos corredores do hospital; inexistência de espaços que separem os pacientes por sexo.